

DIREITOS DA NACIONALIDADE

Conceito

A nacionalidade pode ser definida como o vínculo jurídico-político que liga um indivíduo a determinado Estado, fazendo com que este indivíduo passe a integrar o povo daquele Estado e, por consequência, desfrute de direitos e submeta-se a obrigações.[1]

Espécies

A doutrina distinguiu a nacionalidade em duas espécies: a) originária; e b) adquirida.

Originária

É aquela que independe da vontade do indivíduo, é imposta unilateralmente pelo Estado no momento do nascimento. Há dois critérios estabelecidos: ***ius sanguinis*** (o que interessa para a aquisição da nacionalidade é o sangue, a filiação, a ascendência, pouco importando o local de nascimento), e o ***ius solis*** (também conhecido como critério da territorialidade. Aqui, o que importa é o local do nascimento e não a descendência).

Adquirida

É aquela que se adquire por vontade própria, depois do nascimento, normalmente pela naturalização.

Quem é o brasileiro Nato?

Como regra o Brasil adotou o critério do ***ius solis***, porém, a regra não é absoluta, contemplando as seguintes exceções:

- a) ***ius solis*** - qualquer pessoa que nascer no território brasileiro, salvo se os pais estrangeiros estiverem no Brasil a serviço de seu país. (Art. 12 – I, a).
- b) ***ius sanguinis*** + serviço do Brasil – filhos de pais brasileiros nascidos no estrangeiro em serviço da República Federativa do Brasil (Art. 12, I, b).
- c) ***ius sanguinis*** + registro – filhos de pais brasileiros nascidos no estrangeiro sem estar a serviço da República Federativa do Brasil, desde que tenham seus registros em repartições brasileiras competentes. (Art. 12, I, c).
- d) ***ius sanguinis*** + opção confirmativa - filhos de pais brasileiros nascidos no estrangeiro sem estar a serviço da República Federativa do Brasil e que venham a residir no Brasil e optem, após a maioridade, pela nacionalidade brasileira (Art. 12, I, c).

Brasileiro Naturalizado

Como forma de aquisição da nacionalidade secundária a nossa CF/88 prevê o processo de naturalização que depende da vontade do interessado e da autorização estatal (ato discricionário).

a) originários de países de Língua Portuguesa – residência por 1 ano ininterrupto e idoneidade moral.

b) estrangeiros de qualquer nacionalidade – residência por mais de 15 anos ininterruptos e sem condenação penal.

Nota: O Brasil mantém com Portugal o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, celebrado em Porto Seguro em 22.04.2000 (Decreto m.o 3.927/2001). Neste caso, como os portugueses são originários de país de língua portuguesa, de acordo com a regra acima podem naturalizar-se brasileiros desde que tenham residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral. Na hipótese de português com residência permanente no Brasil que não se naturalize brasileiro, por força do Tratado retromencionado e havendo reciprocidade em favor de brasileiro em Portugal, será atribuído ao português com residência permanente no Brasil, os mesmos direitos inerentes aos brasileiros, salvo nos casos de empresa vedação constitucional.

Tratamento

A CF/88 preconiza em seu artigo 5º, caput, o princípio da igualdade, não podendo haver distinção de nenhuma natureza. Não obstante, o artigo 12, § 2º reza: A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo os casos previstos nesta Constituição (rol taxativo de previsões).

Art. 5º, LI – nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

Art. 12, § 3º - São privativos de brasileiros natos os cargos:

I – de Presidente e Vice-Presidente da República;

II – de Presidente da Câmara dos Deputados;

III – de Presidente do Senado Federal;

IV – de Ministro do Supremo Tribunal Federal;

V – da carreira diplomática;

VI – de oficial das Forças Armadas;

VII – de Ministro de Estado de Defesa.

Art. 12, § 4º, I – Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:

I – tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

Art. 89, VII – O Conselho da República é órgão superior de consulta do Presidente da República, e dele participam:

[...]

VII – seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de três anos, vedada a recondução.

Art. 222 – A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País.

Perda na Nacionalidade

As causas de perda da nacionalidade estão previstas no artigo 12, parágrafo 4o, I e II da CF/88, a saber:

- cancelamento da naturalização por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.
- aquisição de outra nacionalidade.

[1] LENZA. Pedro. Direito Constitucional esquematizado. Saraiva: São Paulo, 2008.

Exercício 1:

Pablo nasceu em Buenos Aires. Seu pai é o embaixador brasileiro na Argentina e sua mãe é de nacionalidade argentina. Nos termos da CF/88 e alterações em vigor, é correto afirmar que Pablo:

A)

poderá naturalizar-se brasileiro após residir no Brasil por mais de 15 anos ininterruptos e não tiver condenação penal.

B)

poderá naturalizar-se brasileiro após a maioridade se residir no Brasil por um ano e desde que requeira a nacionalidade brasileira.

C)

será considerado brasileiro nato desde que venha residir no Brasil até os vinte e um anos e opte, após a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

D)

será considerado brasileiro nato desde que venha residir no Brasil a qualquer tempo e opte pela nacionalidade brasileira.

E)

é brasileiro nato, independentemente de quaisquer condições.

Exercício 2:

Maria é brasileira, funcionária da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, e casada com João, também brasileiro. Foi enviada grávida à Itália, juntamente com sua equipe de trabalho, para tratar de assuntos profissionais do interesse da Petrobras. Ao chegar a Roma, Maria teve complicações na gravidez e deu à luz prematuramente a seu filho Mário, que sobreviveu. De acordo com as disposições relativas a direitos da nacionalidade, esse filho de João e Maria será:

A)

apátrida.

B)

estrangeiro.

C)

brasileiro nato.

D)

brasileiro naturalizado.

E)

italiano, podendo optar pela nacionalidade brasileira após a maioridade.

Exercício 3:

De acordo com a CF/88 pode ser extraditado o brasileiro naturalizado, em caso de crime comum, praticado anteriormente à naturalização ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecente e drogas afins, na forma da lei. Portanto, a afirmação acima está:

A)

incorreta, porque o brasileiro nato também pode ser extraditado.

B)

totalmente incompatível com o que dispõe a CF/88 no capítulo dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos.

C)

incorreta, porque a prática do crime comum não autoriza a extradição.

D)

totalmente compatível com o que dispõe a CF/88 no capítulo dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos.

E)

totalmente incorreta porque somente o brasileiro nato pode ser extraditado.

Exercício 4:

Aos portugueses com residência permanente no Brasil, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes aos:

A)

brasileiros natos.

B)

brasileiros naturalizados.

C)

estrangeiros residentes.

D)

estrangeiros não residentes.

E)

aos apátridas.

Exercício 5:

É privativo de brasileiro nato, dentre outros, o cargo de:

A)

Oficial das Forças Armadas.

B)

Ministro dos Tribunais Superiores.

C)

Senador.

D)

Deputado Federal.

E)

Ministro de Estado da Fazenda.

Exercício 6:

Sobre o reconhecimento da nacionalidade brasileira, é correto afirmar:

A)

A aquisição na nacionalidade ocorre pelo critério *Ius solis*, de modo que qualquer pessoa nascida no território brasileiro, mesmo que filho de estrangeiros, terá a nacionalidade primária imposta, independentemente de sua vontade.

B)

Não pode haver distinção entre brasileiros natos e naturalizados, inclusive para efeitos das condições de elegibilidade, com base no princípio da igualdade.

C)

O brasileiro naturalizado pode ser extraditado somente em caso de comprovado envolvimento em tráfico de entorpecentes e drogas afins.

D)

O cancelamento da naturalização em virtude de atividade nociva ao interesse nacional por sentença judicial leva à declaração da perda da nacionalidade brasileira.

E)

Brasileiros natos ou pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País são os únicos com direito a concessão de propriedade de empresa jornalística, de radiodifusão sonora, de sons e de imagens.